

# A escola e o adolescente

02 JUL 1992

Nilcéa Lopes Lima dos Santos

Educação

É preciso manter o sonho e a luta. A Constituição brasileira contemplou alguns sonhos e lutas de educadores brasileiros, que o estatuto sublinhou, ao incluí-los em seu texto.

Estaremos deixando um pouco o sonho morrer se aceitarmos, complacentes, o retorno do discurso de prioridade no atendimento à educação básica para crianças dos 7 aos 14 anos. A luta pela inclusão do trecho "inclusive para os que a ele (ensino fundamental) não tiveram acesso na idade própria", no final do inciso I, do Artigo 208, da Constituição, não se pode perder. Em nome da prioridade podemos estar sabotando o direito de muitos adolescentes à educação. E quem são esses adolescentes que ultrapassam os 14 anos sem ter participado do processo de escolarização fundamental? Contingente inexpressivo? Pessoas em cujo potencial não se acredita mais? Anomalias sociais e escolares, por quem não há responsáveis? Grupo inevitavelmente destinado ao trabalho braçal (afinal o sistema também precisa desse tipo de trabalho)? O discurso da prioridade parece traduzir esses sentimentos e posicionamentos. Prioridade em educação não se estabelece a partir da exclusão de alguns. Neste caso, prioridade é o ser humano, prioridade é o respeito aos direitos humanos, prioridade é a justiça social.

Olhar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento significa abdicar do olhar superior do colonizador e adotar o olhar do irmão, do companheiro, do camarada; significa enfrentar, desmascarar e expurgar valores sobre os

quais, muitas vezes inconscientemente, nossas ações se fundamentam. "Esse menino não tem mais jeito", é uma expressão que sentencia a falência de uma sociedade.

Olhar a criança e o adolescente como sujeitos e seres em desenvolvimento é característico do verdadeiro educador. Ele traduz-se na prática em amor e rigor. Amor e rigor, sim! É preciso não temer as palavras. Com medo de sermos amorosos, e chamados de "pregos", e de sermos rigorosos, e chamados de ditadores, estamos sendo na verdade omissos. O amor de que falamos não tem nada a ver com a piedade, que se destina aos fracos, e nem é algo de que se lança mão para esconder incompetências. O amor de que se fala em educação é o do compromisso político; é o da crença incondicional, na capacidade do ser humano; é o da alegria renovada no desenvolvimento do aluno; é o da consciência pela participação ativa na construção da sociedade que se quer; é o da prática que se faz pela partilha dos bens da humanidade entre todos os homens, indiscriminadamente; é o da responsabilidade pela história que estamos ajudando a escrever; é o da indignação que as diferentes e sutis formas de discriminação provocam. E é também o amor, afeto, ternura, sensibilidade. E por que não? Não será travestindo nossos sentimentos que alcançaremos a plenitude do homem.

JORNAL DE BRASÍLIA